



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/04/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mais da metade da população corta consumo devido à inflação, diz pesquisa

A escalada dos preços fez o guardador de carros Rosenilton de Souza Borges, 38, mudar hábitos de consumo e cortar uma série de despesas. Ele diz que passou a deixar o automóvel na garagem para ir ao trabalho de ônibus, cortou a internet de casa e ainda substituiu a carne vermelha por frango e ovos.

"O carro só ligo de vez em quando para não perder a bateria", afirma. "Na alimentação, o que mais pesou foi carne e óleo. Leite eu nem compro mais", diz ele, que trabalha na região central de Brasília e vive em casa com a mulher e três filhos entre 12 e 17 anos.

Assim como Borges, mais da metade da população cortou despesas nos últimos seis meses diante dos preços em alta, de acordo com pesquisa encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) à FSB Pesquisa.

Pelo levantamento, 54% das pessoas consideram estar em situação financeira muito afetada pela inflação e 64% cortaram o consumo de bens ou serviços nos últimos seis meses devido ao aumento de preços.

Os mais pobres são ainda mais afetados. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 63% dizem estar sendo muito afetadas pela elevação dos preços e 67% dizem ter cortado o consumo de bens ou serviços.

Marcelo Azevedo, gerente de análise econômica da CNI, afirma que a inflação tira o poder de compra da população, diminui o consumo e afeta o resultado das empresas —gerando problemas em toda a economia.

"Com essa elevação dos preços, a gente vê uma queda no poder de compra das famílias muito significativo. A gente vê a taxa de emprego caindo, mas o rendimento real não acompanhando esse movimento", afirma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de abril.

Centrais vão à rua e convocam para 1º de Maio em frente ao Pacaembu: democracia, direitos, emprego

Representantes de centrais sindicais estiveram na manhã desta terça-feira (19) na praça Ramos de Azevedo, região central de São Paulo, para discutir o ato de 1º de Maio. Ali, diante do Teatro Municipal, distribuíram panfletos e conversaram com a população sobre a importância da atividade. O evento terá como palco a Praça Charles Miller, em frente ao privatizado estádio do Pacaembu, a partir das 10h. A estação de Metrô mais próxima é a Clínicas (Linha 2-Verde).

"Queremos a volta de uma política de valorização do salário mínimo considerando o índice de inflação, a realização de políticas de distribuição de renda e geração de emprego e a ampliação de direitos sociais", afirma o presidente da Força Sindical, Miguel Torres. "Vamos precisar recuperar os direitos perdidos pelo golpe de 2016 e a reforma trabalhista de Michel Temer, perdas que só pioraram sob o governo Bolsonaro", acrescenta o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

Assim, o 1º de Maio vai discutir temas como o combate à inflação, erradicação da fome, aposentadoria e mais investimentos em áreas como saúde e educação. Segunda, uma das centrais, a CSB, anunciou que fará atividade própria, em Itatiba (SP).

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 20 de abril.

Servidores do BC decidem suspender greve até maio, mas manter operação-padrão

Após sinalização sobre proposta de reajuste salarial de 5%, os servidores do Banco Central decidiram, em assembleia realizada nesta terça-feira (19), suspender a greve por duas semanas, até o dia 2 de maio.

Mas a mobilização dos funcionários da autoridade monetária não terminou. A partir desta quarta (20), eles voltarão a atuar em operação-padrão e farão paralisações diárias, das 14h às 18h.

A decisão foi tomada depois de reunião com o presidente do BC, na segunda (18), quando Roberto Campos Neto afirmou aos representantes sindicais que o reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo público é consenso entre os ministros e chancelado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A decisão de suspender a greve foi tomada em uma votação apertada (cerca de 55% dos servidores foram favoráveis e 45% contrários).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de abril.

Defasagem da tabela do IR com Bolsonaro é a maior desde o início do Plano Real

A defasagem da tabela do IR (Imposto de Renda da Pessoa Física) no governo de Jair Bolsonaro (PL) atingiu um pico na série histórica iniciada em 1996. Em três anos e três meses, até março de 2022, a defasagem durante a atual gestão alcançou 24%.

Até o momento, nenhum outro presidente acumulou tal defasagem em um único mandato desde a implantação do Plano Real e da mudança no cálculo da tabela, a partir de janeiro de 1996. Antes, nos anos de inflação descontrolada, a tabela sofria reajuste automático por um indexador, a Ufir (Unidade Fiscal de Referência).

O levantamento foi realizado pelo Sindifisco Nacional e mede a defasagem por mandato presidencial considerando o IPCA, índice oficial de inflação medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A tabela é usada para o cálculo do desconto do Imposto de Renda de trabalhadores, aposentados e demais contribuintes. Nela, há as faixas de rendimento usadas para base de cálculo, com a respectiva alíquota e parcela a deduzir. Na prática, quando ela não é reajustada conforme a inflação avança, brasileiros pagam mais imposto e o número de contribuintes isentos diminui, ampliando a população tributada.

Hoje, quem tem renda de R\$ 2.000, por exemplo, é tributado na fonte na faixa de 7,5%. Porém, caso a tabela fosse reajustada conforme a proposta de reforma do IR, que está parada no Congresso, essa pessoa seria isenta.

De modo semelhante, alguém com renda de R\$ 3.000 passaria a ser tributado em 7,5%, em vez dos 15% que incidem atualmente. Com isso, o imposto a pagar cairia de R\$ 95,20 para R\$ 37,50, segundo cálculos do Sindifisco.

Promover a correção da tabela do IR foi um compromisso assumido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, não concretizado até o momento.

Em recente entrevista à CNN, Bolsonaro disse que já está em estudo na equipe econômica uma correção da tabela em "percentual bastante elevado". O governo tem a alternativa de apresentar a correção da tabela em uma medida provisória.

Se ela não ocorrer, a defasagem nos quatro anos de mandato de Bolsonaro pode chegar a 28%. A projeção considera a estimativa de que neste ano a inflação tende a acumular uma alta de 6,86%, segundo a média de projeções dos analistas de mercado financeiro. No entanto, a área de análise de algumas instituições já estima inflação em 7% ou até 8%.

As maiores defasagens até então haviam sido registradas no primeiro e no segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Havia um argumento monetário naquele momento para segurar a correção. No final dos anos 1990, a equipe econômica trabalhou para evitar a indexação de preços, que colocaria em risco a estabilidade do Plano Real logo na sua largada.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de abril.

A cesta do Dieese e a outra

Existe confusão entre a cesta básica calculada pelo Dieese mensalmente e a cesta tradicional, geralmente fornecida pela empresa.

Tem quem pergunte: se a cesta básica do Dieese em março custava R\$ 761,19, por que na minha empresa recebo uma cesta modesta, que custa cerca de R\$ 150,00?

Por que são coisas diferentes. Veja:

A do Dieese segue o Decreto 399/1938, que fixou uma cesta para quatro pessoas, ou seja, dois adultos e duas crianças. Por isso, essa cesta básica, com 13 itens, chegou a R\$ 761,19.

Já a cesta entregue na fábrica é fruto do Programa de Alimentação do Trabalhador, uma lei dos anos 70, pra quem ganha até cinco salários mínimos. Não é obrigatória. Depende de política própria da empresa ou de negociação coletiva com o Sindicato. A empresa pode deduzir do imposto de renda.

Na empresa, o empregado pode reivindicar cesta básica em gêneros ou, então, o Vale-Alimentação (VA) ou o Refeição (VR). Na prática, esse benefício reduz custos da família com alimentação.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 20 de abril.